

## Resenha

### Para além dos riscos: uma análise do livro *Sociedade de risco*



BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. 368 p. ISBN 978-85-7326-450-0

Marcelo Robalinho <sup>a</sup> [marcelorobalinho@yahoo.com.br](mailto:marcelorobalinho@yahoo.com.br)

<sup>a</sup> Jornalista, publicitário, mestre em Comunicação pela UFPE e doutorando em Informação e Comunicação em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.3395/reciis.v8i1.574pt

Submetido: 21/Mar/2012

Aceito: 3/Mar/2014

Conflitos armados, catástrofes ambientais, epidemias... O risco está cada vez mais presente no nosso cotidiano. Noção complexa, por se tratar de uma representação do perigo, ela “designa, ao mesmo tempo, tanto um perigo potencial quanto sua percepção e indica uma situação percebida como perigosa na qual se está ou cujos efeitos podem ser sentidos”<sup>1</sup>, sendo objeto de reflexão para analistas de diversos campos. O sociólogo alemão Ulrich Beck é um deles. Em 1986, ele lançou o livro *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. No Brasil, a obra só foi publicada 24 anos depois, em 2010, com o título *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*.

Apesar da demora, o lançamento tardio em nosso país não diminui o vigor da obra. Ao lado do sociólogo inglês Anthony Giddens, Beck é um teórico de destaque na atualidade. Nascido em 1944, desenvolveu juntamente com o sociólogo britânico a noção de sociedade de risco, foco do livro em análise. Nele, Beck defende a ideia de que a modernidade (considerada por muitos como pós-modernidade) passa por um momento de ruptura histórica, assim como ocorreu na passagem da sociedade feudal para a industrial. A diferença, porém, é que essa ruptura não representa o fim da sociedade moderna, e sim sua reconfiguração. Segundo ele, vivemos um momento de transformação da sociedade industrial clássica, caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, em uma chamada sociedade (industrial) de risco, na qual a produção dos riscos domina a lógica da produção de bens.

Dentro dessa nova concepção produtiva, os riscos seriam mais democráticos e globalizados, tornando a repartição mais equalizada. Sendo assim, ninguém, nem pobres nem ricos, estaria totalmente imune às ameaças produzidas e agravadas pelo progresso. Embora admita que muitos riscos possam ainda ser distribuídos conforme a classe social, Beck não concebe mais as ameaças como situações de classe, a exemplo do que acontecia na sociedade industrial clássica. Segundo ele, os riscos são produtos, ao mesmo tempo, *reais* e *irreais*, por aliam danos e perigos já ocorridos àqueles calculados. Na avaliação comparativa do tempo, o futuro tem primazia em relação ao passado, pela potencialidade da projeção dos fatores que

conjugam a compreensão dos riscos no presente. “Isso pressupõe [...] que os riscos tenham sido bem-sucedidos num processo de reconhecimento social”<sup>2</sup>. A legitimação diferenciaria a distribuição das novas “riquezas”.

É justamente sobre essa universalidade dos riscos que Beck desenvolve as suas avaliações nos dois capítulos iniciais que compõem a primeira parte de *Sociedade de risco* (No vulcão civilizatório: os contornos da sociedade de risco). Nela, o leitor compreende melhor as argumentações em torno dessa nova lógica social. Na opinião do sociólogo alemão, os riscos na contemporaneidade representam *oportunidades de mercado*, uma vez que se baseiam no conhecimento, tendo a ciência um papel central na produção dessa nova “moeda”. Neste sentido, é sintomática a afirmação de Beck: “A sociedade de risco é [...] também a sociedade da ciência, da mídia e da informação. Nela, escancaram-se assim novas oposições entre aqueles que produzem definições de risco e aqueles que as consomem”<sup>2</sup>. O conhecimento se converteria, então, na mais importante manufatura intelectual da modernidade, e a difusão num mecanismo fundamental para manutenção do poder desse *saber-convertido-em-produto*.

Embora reconheça o risco como elemento capaz de ser mensurável e calculável segundo leis de probabilidade, Beck entende a sociedade de risco como um mundo de incertezas fabricadas, através de inovações tecnológicas e respostas sociais mais aceleradas, produzindo um novo cenário de risco global, de incertezas não quantificáveis. Longe de denotar controle, a sociedade de risco simbolizaria, de certo modo, uma era de descontrole pelo fato de os riscos civilizatórios escaparem à percepção, baseando-se principalmente, como exemplifica Beck<sup>2</sup>, “na esfera das fórmulas físico-químicas (por exemplo, toxinas nos alimentos ou a ameaça nuclear)”.

De leitura a princípio menos instigante que a primeira parte do livro, a segunda (Individualização da desigualdade social: sobre a destraditionalização das formas de vida da sociedade industrial) trata de ampliar as dimensões da sociedade de risco. Para tanto, Beck considera as mudanças ocorridas na estrutura da sociedade, no tocante a classes sociais, formas familiares, questões de gênero, casamento, paternidade e profissão. De acordo com ele, “na virada para o século XXI, o processo de modernização desencadeado não apenas superou a suposição de uma natureza contraposta à sociedade, como também fez desmoronar o sistema intrassocial de coordenadas da sociedade industrial”<sup>2</sup>. Semanticamente, esta última passagem chama a atenção pelo fato de usar o verbo no pretérito perfeito em pleno ano de 1986, em vez do presente do indicativo ou do gerúndio, como se poderia imaginar. Considerando aquele momento como uma transformação social da modernidade, ainda em curso hoje em dia, a afirmação contida no livro de Beck arrisca manter sua atualidade, mesmo tendo sido escrita num passado recente, justamente por vivermos ainda num período de transições.

Das ideias expostas ao longo dos quatro capítulos que compõem essa segunda parte do livro, a individualização é a mais importante. Relacionado à constituição social, o conceito aborda o sujeito como elemento central das ações no mundo. Considerados agentes de escolha, os indivíduos passariam a ter então um “elevado nível de controle e responsabilidade quanto à exposição aos perigos” e seriam “produtores e gestores de sua carga de riscos”, conforme avalia Cardoso<sup>3</sup> ao analisar mais amplamente a ideia de risco na sociedade ocidental sob a ótica midiática. Para Beck, a individualização é analisada a partir do contexto da modernidade reflexiva (também denominada por ele, em outras passagens, modernização da modernização ou segunda modernidade), que constitui a sociedade de risco. Termo também utilizado por Giddens e Lash<sup>4</sup>, a modernidade reflexiva deriva de um processo de radicalização da modernização, rompendo com as previsibilidades da vida social. A globalização e os avanços tecnológicos são algumas das principais características da nova modernidade, que passa a ser em si mesma tema e problema.

Diante da modernização reflexiva, Beck reflete e nos leva a refletir a respeito do papel assumido pela ciência na produção do conhecimento acerca dos riscos. No fundo, a intenção do sociólogo alemão é criticar o determinismo da racionalidade científica sobre a sociedade na produção de *verdades*. Segundo Beck, a cientifização leva a indistincões marcantes entre ciência e política, atravessando todas as esferas da vida social, como podemos ler nos dois últimos capítulos que formam a terceira parte da obra (Modernização reflexiva: sobre a generalização da ciência e da política). Para isso, parte das concepções em torno da sociedade industrial para tratar daquilo que ele denomina *especializabilidade*, “um caráter delimitável e monopolizável do conhecimento científico e da ação política”, através das instituições que compõem o sistema científico e político<sup>2</sup>.

Para o pensador alemão, que também atua como professor da Universidade de Munique e da Escola de Economia e Ciência Política de Londres, “a ciência se torna cada vez *mais necessária*, mas ao mesmo tempo cada vez *menos suficiente* para a definição socialmente vinculante de verdade”<sup>2</sup> (grifos do autor). Além disso, a política perde suas fronteiras. O conhecimento da fonte dos perigos e a dominação da natureza fazem com que os riscos engendrem uma *autopolitização* da modernidade, gerando uma subpolítica que possibilita o surgimento de agentes coletivos e individuais, antes externos ao sistema, no novo cenário social. Com isso, as ações cotidianas do sujeito aparecem como novas formas do agir político.

Vale salientar que as reflexões que permeiam *Sociedade de risco* são profundamente marcadas pelas mudanças vivenciadas na década de 80 do século XX – a exemplo da crise ambiental, da queda do muro de Berlim e dos avanços tecnológicos –, quando o livro foi concebido. O contexto da época torna-se fundamental para compreender como a argumentação se

desenvolve, inclusive na própria forma como Beck escreve a sua obra, segundo ele mesmo, em caráter processual, capítulo por capítulo, uma forma de o leitor poder ponderar cada um deles “também isoladamente ou em qualquer outra ordem e demandar conscientemente o próprio envolvimento, oposição e continuidade”<sup>2</sup>.

Para os leitores de primeira viagem do sociólogo alemão, *Sociedade de risco* pode trazer uma necessidade intrínseca de atualização do pensamento pela época em que a obra foi escrita. A versão lançada aqui no país não conta com posfácio nem outro capítulo mais novo que busque traçar um paralelo com o atual contexto da primeira década do século XXI. Mesmo o livro sendo um clássico, fica entre nós a curiosidade de saber as considerações de Beck diante do cenário contemporâneo de crise em que vivemos, envolvendo questões caras à modernidade reflexiva, tais como a globalização, a individualização, o desemprego, o subemprego, a crise ecológica e, sobretudo, a turbulência dos mercados financeiros.

O assunto voltou a ser tratado, em 2005, num ensaio escrito para o livro *The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory* (A sociedade de risco e além dela: questões críticas para a teoria social), ainda sem tradução no Brasil. Nesse texto, Beck amplia o conceito de sociedade de risco para sociedade mundial de risco. Aliando construtivismo e realismo à sua teoria, ele entende o risco como algo complexo e ambivalente que faz parte da concepção cultural contemporânea, caracterizando “um estágio intermediário entre segurança e destruição, no qual a *percepção* de riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação”. Na prática, diz o sociólogo, o novo conceito representa uma síntese entre conhecimento e desconhecimento, estando assim relacionado a dois significados, um referente à avaliação do risco baseada no conhecimento empírico e o outro à tomada de decisões e à ação com uma incerteza indefinida do risco<sup>5</sup>.

A partir da sociedade mundial do risco, os riscos passam a ser uma amálgama entre o global e o local, ou “glocal”, como Beck prefere chamar. Para ele, esse novo tipo de sociedade torna-se pertinente num mundo em que não há mais uma clara distinção entre natureza e cultura. “Nossa persistente concepção de uma separação de mundos em natureza e cultura/sociedade, que está intimamente ligada ao pensamento modernista, deixa de reconhecer que nós estamos construindo, agindo e vivendo em um mundo [...] cujas características estão além dessas distinções”<sup>5</sup>. Reconhecendo o fato de vivermos em um mundo híbrido, fruto de percepções culturais, julgamentos morais, política e tecnologia, conforme expôs Latour<sup>6</sup>, Beck considera a noção de híbrido mais negativa que positiva, por dizer mais o que não é do que dizer o que as coisas realmente são. Como produtos humanos híbridos, diz ele, os riscos incluem e combinam, ao mesmo tempo, questões relacionadas à política, ética, matemática, aos meios de comunicação, às tecnologias, definições culturais e percepções, não sendo possível uma separação de todos esses aspectos. Por isso mesmo, a teoria da sociedade de risco acaba trazendo intrínseca a ideia de ambivalência, contingência e susceptibilidade aos rearranjos políticos.

Mesmo sendo alvo de críticas, como a que se refere à centralidade das análises na questão europeia, os escritos de Beck em *Sociedade de risco* não perdem a vitalidade, principalmente pela importância adquirida pelo risco na contemporaneidade. Na área de epidemiologia, o risco representa uma realidade objetiva e mensurável, passível de cálculo. A criação de indicadores de risco para medir a morbidade (taxa de portadores de determinada doença em relação à população total estudada, em determinado local e momento) é um bom exemplo para se pensar na simbologia da transformação das incertezas em probabilidades e na normatividade dessas definições cientificamente construídas. Neste sentido, as análises de Beck nos ajudam a entender um pouco mais a respeito não só da necessidade humana de querer controlar o mundo frente às inseguranças com as quais a sociedade diariamente se defronta, mas também da própria impossibilidade desse *controle total*.

## Referências

1. Veyret Y, Richemond NM. Definições e vulnerabilidades do risco. In: Veyret Y. (Org.). Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto; 2007. p. 25-46.
2. Beck U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34; 2010. 368 p.
3. Cardoso J. Entre vítimas e cidadãos: risco, sofrimento e política nas narrativas do Jornal Nacional sobre as epidemias de dengue (1986-2008). [Doutorado em Comunicação e Cultura]. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2012. 226 f.
4. Beck U, Giddens A, Lash S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp; 1997. 263 p.
5. Beck U. Risk society revisited: theory, politics and research programmes. In: Adam B, Beck U, Loon J. (Orgs.). The risk society and beyond: critical issues for social theory. London (UK): Sage Publications; 2005. p. 211-229.
6. Latour B. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34; 1994. 152 p.